A democracia brasileira e o passado que não passa¹

- La democracia brasileña y el pasado que no pasa
- The Brazilian democracy and the past that does not pass

Silvia Maria Brandão Queiroz²

Resumo: Pelo viés da interdisciplinariedade e adotando como eixo estrutural da argumentação a filosofia política contemporânea, propomo-nos demonstrar que nos modos de agir da atual democracia brasileira aloja-se a lógica governamental do recente período ditatorial. Iniciamos discorrendo acerca do paradoxo da universalidade dos direitos humanos a partir de conceitos como o de estado de exceção. Elencamos por foco crítico as políticas oficiais de memória e de justiça das vítimas da recente ditadura. No percurso, evidenciamos que o modelo jurídico-institucional ditatorial tem delimitado as ações estatais de reconhecimento das vítimas e a subjetividade dos sujeitos sociais, que segue capturada em seus modos de ser e agir, como sugerem o apoio e a indiferença de parcelas da coletividade às constantes violações de direitos humanos praticadas pelos agentes governamentais no contemporâneo. Nossa ideia não é corroborar com a tese de que há uma equivalência entre democracia e ditadura, mas fazer ver a prática da regra da exceção no contemporâneo democrático.

Palavras-chave: Ditadura. Democracia. Direitos Humanos. Violência. Ação política.

Resumen: De manera interdisciplinar y adoptando como base estructural de la argumentación la filosofía política contemporánea, proponemos demostrar que en las acciones de la actual democracia brasileña alojase la lógica del gobierno del reciente período dictatorial. Empezamos reflexionando sobre el paradojo de la universalidad de los derechos humanos a partir de

1 Este artigo tem como ponto de partida a pesquisa que desenvolvemos em nossa dissertação de mestrado: Dialogando com Paul Ricoeur. A dimensão política da memória traumática. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo, em abril de 2014.

2 Graduada em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direitos Humanos pela Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: silmaribrandao@uol.com.br

conceitos como el de estado de exceción. Relacionamos criticamente las políticas oficiales de memoria y de justicia de las víctimas de la reciente dictadura. En el percurso, evidenciamos que el modelo jurídico-institucional dictatorial ha delimitado las acciones estatales de reconocimiento de las víctimas y la subjetividad de los sujetos sociales, que sigue capturada en sus modos de ser y agir, como sugieren el apoyo y la indiferencia de parcelas de la colectividad a las constantes violaciones de derechos humanos practicadas por agentes gubernamentales en el contemporáneo. Nuestra idea no es corroborar con la tesis que haya equivalencia entre democracia y dictadura, pero tornar visible la práctica de excepción en el contemporáneo democrático.

Palabras clave: Dictadura. Democracia. Derechos humanos, Violência. Acción política.

Abstract: Through the interdisciplinary bias and using as argument the structural axis of contemporary political philosophy, we intend to demonstrate that the modes of action of the current Brazilian democracy are settled by the government's logic of the recent dictatorial period. We began by talking about the paradox of universality of human rights, from concepts such as state of exception. We designated as critical focus the official policies of memory and justice for victims of the recent dictatorship. On the way, we have lunched that the dictatorial legal-institutional model has bounded state actions for the recognition of the victims. We have also noticed the subjectivity of the social subjects, which follows captured in their ways of being and acting, as suggested by the support and the indifference of certain community plots to the constant violations of human rights, committed by government agents in the contemporary society. Our idea is not corroborate the thesis that there is an equivalence between democracy and dictatorship, but do see the practice of exception in contemporary democracy.

Keywords: Dictatorship. Democracy. Human Rights. Violence. Political action.

Introdução

No discurso do contemporâneo os direitos humanos aparecem na esfera pública como formalmente universais. Contudo, quando nos debruçamos na prática de governo dos Estados liberais observamos que o acesso a estes direitos está limitado, muitas vezes suspenso, atendendo mais aos cálculos governamentais do que à demanda da pluralidade dos sujeitos sociais. A contradição entre a abstrata universalidade dos direitos humanos e sua efetividade não se fundamenta propriamente no cálculo do direito, mas no choque entre a pretensa universalidade da lei e o interesse de grupos de cidadãos.

Nesse contexto, quando analisamos a aplicabilidade dos tratados e convenções internacionais, ou mesmo dos ordenamentos jurídicos nacionais, notamos que determinados grupos de cidadãos, utilizando-se de seu capital institucional, político, econômico e midiático, adotam a linguagem da garantia dos direitos da coletividade, da segurança nacional ou regional para advogarem pela necessidade da suspensão de direitos e então possibilitar o legítimo banimento da proteção da lei de parcelas significativas da população. Assim, por meio do discurso do bem comum, buscam fazer com que seus interesses sejam reconhecidos

pela pluralidade dos sujeitos sociais como sendo a totalidade dos interesses dos cidadãos e da nação.

A questão nos faz pensar em filósofos como Hannah Arendt, Jacques Derrida e Giorgio Agamben. De Arendt destacamos a argumentação desenvolvida em *Origens do totalitarismo* quando, por meio de uma descrição crítica rigorosa, constata a ausência de leis nacionais que protejam os apátridas. A filósofa nos faz refletir acerca dos limites dos direitos humanos, pois embora eles apareçam na esfera pública como universais e inalienáveis, na vida real ser um sujeito de direitos e ter nacionalidade são como faces da mesma moeda. Aos sem nacionalidade resta então uma situação angustiante que “não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los” (ARENDR, 1989, p. 329).

Derrida nos convida a pensar a hospitalidade. Segundo o filósofo, no sentido clássico a hospitalidade ao estrangeiro está condicionada à lei do Estado-nação, o acolhimento ao outro se dá então de acordo com as regras, os direitos, os deveres instituídos, tratando-se de uma hospitalidade limitada pelo estabelecido no modelo jurídico-institucional vigente. De acordo com tal critério, os que não preenchem as condições pré-determinadas podem ter negado o direito à hospitalidade. Para Derrida, a lei da hospitalidade condicional ao mesmo tempo em que reconhece o direito faz com que os homens tenham de se submeter, se enquadrar ao estabelecido. Fora do direito, não há direito. Contudo, como nem todos atendem aos critérios na mesma proporcionalidade, há o grupo dos protegidos e dos sem direitos ou com direitos de segunda classe (2003).

Por fim, Agamben, na obra *Estado de exceção*, leva-nos a refletir acerca dos usos do conceito no contemporâneo. Segundo o filósofo, o estado de exceção se firma pela necessidade. Todavia, não há lei quando se fala de necessidade. Para Agamben, se por um lado, a necessidade não é o mesmo que estado de direito, por outro, o estado de exceção não deve ser visto como uma ditadura, mas como um espaço vazio de direito que permite a exclusão de grupos, que em tese, deveriam ter seus direitos respeitados, mas que devido a uma necessidade emergencial, à ameaça que representam ao corpo social, tornam-se de fato excluídos do direito a partir de uma medida autorizada pelo ordenamento jurídico. De acordo com o filósofo, se no totalitarismo o estado de exceção possibilitou a eliminação de cidadãos, “desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente [ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico] tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive os chamados democráticos” (2004, p. 13).

A partir dos filósofos ponderamos que as atuais democracias, para atender aos interesses de grupos de cidadãos, adotam medidas que mantêm parcelas da humanidade sem direitos. E dependendo da necessidade utilizam-se da regra da exceção para suspender direitos reconhecidos pela hospitalidade limitada a priori.

Nestes cálculos governamentais a ação política dos sem direitos, dos legalmente incluídos, mas de fato não atendidos, dos que denunciam a suspensão de seus direitos, adquire visibilidade não como um dissenso que possibilita a real efetivação dos direitos humanos, a

invenção democrática e a modificação dos dispositivos de controle e regulação do Estado, mas como o que coloca em risco a coletividade, como o que ameaça a ordem instituída. O conflito político é então banido do direito em nome da segurança e de um pretensão consenso democrático.

A democracia do consenso, ao fazer desaparecer do espaço público os sem direitos, os não atendidos, o resto da conta, a legitimidade política da voz dos sem parcela, que buscam manifestar o dano e se fazer ver com um dos contáteis de direito (RANCIÈRE, 1996), possibilita que o uso da violência de Estado contra os que se opõem ao concretamente constituído seja vista como necessária para extirpar o risco à segurança e ao viver bem da coletividade.

Assim, se no totalitarismo e nas recentes ditaduras latino-americanas, em nome do bem comum, da preservação da raça boa, para salvar a democracia, o horror e o terror foram institucionalizados como política de Estado e os corpos da raça ruim, dos inimigos internos, dos opositores políticos, tornaram-se objetos passíveis de tortura, morte e extermínio; no contemporâneo é em nome da segurança e do cuidado com a vida que o poder de morte tem sido acionado. E “a morte do outro, não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha segurança pessoal; a morte do outro [...] é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p. 305). Contudo, embora hoje o critério não seja o fazer morrer, mas o fazer viver, a lógica binária do racismo se mantém como poder de morte quando os Estados liberais escolhem aqueles que têm o direito à vida e os devemos ou podemos deixar morrer (FOUCAULT, 2005).

No contemporâneo, há uma relação entre racismo, direito e democracia, ao menos quando em situações emergenciais, devido à necessidade de preservação da vida e da segurança da população, devido à ameaça que certos indivíduos, grupos e parcelas da coletividade representam à paz e à harmonia social, legitima-se que partes da população sejam banidas da proteção do direito. Dessa forma, é em decorrência de uma necessidade, reconhecida e autorizada pelo ordenamento jurídico, que o direito dos perigosos e indesejáveis pode ser suspenso. E sem a proteção do direito, os sem direitos estão expostos não somente à morte física, mas também à morte política, uma vez que se encontram excluídos do direito à linguagem. Trata-se de uma “mutilação que se pode dizer básica, representada por uma forma de exclusão que é a exclusão da linguagem” (RICOEUR, 2008, p. 84).

Para Arendt, ainda que essa privação não impeça que os sem direitos pensem o que quiserem, impossibilita que sua opinião tenha significado comum. Segundo a filósofa, “as leis positivas são para a existência política dos homens, o que a memória é para sua existência histórica” (1989, p. 517). Nessa perspectiva, se as leis positivas e a memória garantem uma pré-existência comum, uma continuidade que vai além da vida mortal de uma geração, o bloqueio do direito à linguagem faz com que a voz dos sem direitos, seu dano, sua memória e sua história fiquem invisíveis no espaço compartilhado, possibilitando assim que os sentidos da pré-existência comum sejam substituídos por uma verdade fantasmática.

Considerando a problemática apresentada, é em meio à reflexão suscitada pela leitura dos filósofos que objetivamos pensar a relação ditadura-democracia no contemporâneo da sociedade brasileira. Trabalhamos com a hipótese de que há uma relação fundacional entre

o modelo jurídico-institucional ditatorial e o democrático. Como forma de aprofundarmos a compreensão da assertiva, elegemos como feixe norteador da argumentação as disputas políticas que perpassam a inscrição da experiência das vítimas na memória comum compartilhada e as políticas oficiais de reconhecimento daí advindas.

Nossa proposta não é desconsiderar as lutas políticas das vítimas, de seus familiares e de ativistas de direitos humanos ou desqualificar os avanços das medidas oficiais de reconhecimento resultantes da ação política deste coletivo, mas ponderar em que medida a lógica governamental do regime ditatorial, ao perpassar o modo de agir jurídico-institucional da atualidade, delinea os contornos deste reconhecimento e propicia a manipulação dos sentidos do passado, produzindo subjetividades e delimitando a ação política dos sujeitos sociais no contemporâneo.

A democracia brasileira e o passado que não passa

No Brasil, o compartilhamento de nossa pré-existência comum está bloqueado. Aqui, a verdade se legitima por meio de um saber dito científico, que tanto justifica o direito como permite sua suspensão. Em outras palavras, atendendo ao interesse de grupos de cidadãos, fundamentado no a priori do ordenamento jurídico e nos cálculos precisos de especialistas, os agentes das instituições estatais, ao mesmo tempo em que desqualificam a inventividade da ação política, executam a política do possível e do necessário, ainda que isso signifique a suspensão, o não reconhecimento ou a não efetividade de direitos garantidos pelo pacto para parcelas expressivas de cidadãos.

Essa presunção de verdade nos sugere não propriamente uma igualdade, mas certa similaridade entre o modelo jurídico-institucional adotado pelo Estado ditatorial e pelo democrático. Para nós, a questão se evidencia quando pensamos na intersecção que o Estado estabelece entre ação política, suspensão de direitos e violência de Estado. Afinal, não tem sido o uso da violência uma prática governamental contra os que se opõe politicamente ao tido por justo e necessário? Ao menos, por parte de certos especialistas de Estado? Os que agem na política para a modificação dos dispositivos de controle e regulação do Estado, para a efetivação de direitos reconhecidos pelo pacto, não têm sido tratados muitas vezes como vândalos quase que destituídos de direitos? Não é desta maneira que certas instituições estatais e seus agentes têm rotulado, suspenso os direitos e reprimido violentamente atores políticos? Não foi isso que ocorreu, por exemplo, com os manifestantes de junho de 2013³ ?

Contudo, o que nos inquieta não é somente a ação do Estado e de seus especialistas, mas também o apoio e a indiferença com relação à desqualificação da ação política, à suspensão de direitos e ao uso da violência contra parcelas da população por parte considerável da coletividade. Parece-nos, ao menos em parte, que a aderência das subjetividades à esta política de Estado pode ser compreendida pela manipulação dos sentidos acerca da

3 Sobre contradição entre as violações dos direitos humanos praticadas pelos agentes estatais durante os protestos de junho de 2013 e o direito à manifestação, estabelecido por convenções internacionais e pelo direito interno conferir PROTESTOS Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.artigo19.org/protestos/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

recente ditadura brasileira, pelo bloqueio do testemunho das vítimas do horror da tortura, do assassinato e da ocultação e do desaparecimento dos corpos de seus entes queridos na esfera da linguagem publicamente compartilhada, pelo silêncio e pelo esquecimento institucionalizados por meio da anistia de 1979. E lembremos que isto não é um resto do passado ditatorial, mas uma ação da democracia, pois em 2010 o Supremo Tribunal Federal revalidou a interpretação da lei de anistia tal como entendida em 1979. Em sua preleção os ministros do STF ignoraram que nos anos setenta vivíamos numa ditadura e consideraram que a interpretação da lei de 1979 é legítima para arbitrar os conflitos do passado de exceção pelo presente democrático.

Diante desta perspectiva, se por um lado, o Estado brasileiro assina tratados internacionais como a Convenção Interamericana de Direitos Humanos⁴ e reconhece o direito das vítimas, quando aprova mecanismos jurídico-institucionais de reparação pecuniária, simbólica e histórica como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos [lei 9.140/95], a Comissão de Anistia [lei 10.559/02] e a Comissão Nacional da Verdade [lei 12.528/11], por outro, adota o discurso manipulador do acordo democrático e da necessidade de reconciliação e de pacificação nacionais para legitimar o perdão institucional dado aos agentes da repressão política.

No contemporâneo, por meio da lei de anistia, as vítimas seguem sem direitos, sendo reconhecidas como seres sofredores, mas impossibilitadas de tornarem-se sujeitos de direito que acusam, testemunham e narram, são ouvidas e assim dão significado comum à sua experiência dolorosa de desumanização (RICOEUR, 2007), quando nas salas de tortura, nas mãos dos algozes, se transformaram em objetos.

Para além da nova injustiça que é feita às vítimas, este cálculo governamental propicia que a ação dos sujeitos sociais não diretamente atingidos pelas sevícias se estabeleça a partir da distorção e da mentira. E como sugere Arendt, o maior problema da mentira não é o de substituir a verdade, mas a “destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a categoria de oposição entre verdade e falsidade” (2011, p. 318). Uma mentira particular pode não mudar todo um contexto, mas produz um falso sentido, uma teia de ilusões que passa a orientar a ação dos homens no mundo (ARENDR, 2011, p. 315).

O pensamento da filósofa nos indica que a atual interpretação da lei de anistia não apenas tem suspenso o direito das vítimas à linguagem e à elaboração de sua dor, que permanece uma ferida aberta, como também tem contribuído para a manipulação das subjetividades, fraturando assim a autonomia e a liberdade dos sujeitos sociais, mesmo daqueles que não foram vítimas diretas do terrorismo de Estado.

4 O Brasil aprovou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992 e em 1998 aceitou a competência contenciosa da Corte Interamericana. Em 2010, a Corte condenou o Estado brasileiro no caso Araguaia. Sobre o caso Araguaia e a sentença da Corte que, dentre outras coisas, determinou a revisão da lei de anistia conferir CORTE Interamericana de Direitos Humanos. Caso Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.

Dito de outra forma, as instituições estatais, ao delinear os limites da inscrição da experiência das vítimas na memória comum compartilhada, têm possibilitado a distorção dos sentidos do passado. As vítimas permanecem vítimas e a subjetividade dos sujeitos sociais, que agem e sofrem a ação no agora, conserva-se como que capturada pela lógica do estado de exceção.

Parece-nos que, ao menos em parte, a natural aderência de parcelas da população ao discurso contemporâneo da necessidade do uso da violência estatal contra os cidadãos que ameaçam a segurança, a ordem e a paz social pode ser compreendida como fruto destas manipulações. E a violência vivida como não distorção, “erro ou perplexidade, mas como coisa corriqueira” (ENDO, 2012, p. 179), reproduz pedagogicamente a indiferença. No presente, assim como no passado, parte significativa da coletividade apoia e permanece omissa e indiferente quando o Estado viola direitos humanos, quando produz corpos torturáveis e matáveis.

Contudo, se na ditadura a ameaça à ordem e à vida da boa sociedade brasileira vinha dos comunistas, dos denominados terroristas, hoje ela é identificada em diferentes partes do corpo social como dependentes químicos, sem-terra, sem-teto, moradores das periferias etc. Todavia, embora a violência de Estado do contemporâneo atinja diferentes parcelas da sociedade, como destacam Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira, numericamente o principal foco da repressão policial tem sido os historicamente excluídos dos benefícios do estado de direito – a população pobre, pois “as mortes em massa por homicídio no Brasil estão marcadas por uma clara seletividade econômica-étnico-espacial. Trata-se de mortes que fazem parte do funcionamento cotidiano do regime democrático em voga no país” (2013, p. 68).

De acordo com Atila Roque, diretor da Anistia Internacional, a forma como a sociedade e o Estado brasileiro têm agido diante do homicídio de crianças e jovens no país [apenas em 2010 o número de crianças e adolescentes vítimas de homicídio foi de 686], indica que o país “convive, tragicamente, com uma espécie de ‘epidemia de indiferença’, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade e dos governos, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social” (2013).

Para Maria Gorete Marques de Jesus, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP e José de Jesus Filho, advogado da Pastoral Carcerária, a impunidade tem sido apontada como uma das causas da continuidade da violência no país. As delegacias ainda “guardam as dores e as mazelas da falta de outro jeito de fazer investigação que não seja torturando, humilhando e constringendo ‘supostos suspeitos’”. Os pesquisadores indicam que o Brasil segue sem memória, sem o reconhecimento da violência que atinge e atingiu os ditos inimigos. “As vítimas da tortura, invisíveis aos olhos de todos, permanecem gritando solitárias por Justiça, enquanto ainda buscamos caminhar para que elas não existam mais” (2013).

Todavia, hoje a Comissão Nacional da Verdade nos traz a expectativa de resgate e visibilidade da memória ferida do passado recente em intersecção com a invenção de outro país possível. A Comissão é fruto da luta de décadas das vítimas, de seus familiares e de ativistas de direitos humanos. Formalmente, ela foi idealizada durante a décima primeira

Conferência Nacional de Direitos Humanos [2008]. Em 2009 foi incorporada ao terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos [PNDH-III], em novembro de 2011 foi transformada em lei e em maio de 2012, com prazo de duração de dois anos, posteriormente prorrogado para o final de 2014, iniciou seus trabalhos.

Contudo, apesar das expectativas no processo de sua regulamentação a Comissão parece ter sido capturada pelos cálculos governamentais, como indica a alteração do nome aprovado pelos participantes da Conferência Nacional. De acordo com o estabelecido na Conferência, a Comissão deveria chamar-se *Comissão da Verdade e da Justiça*. No entanto, o termo justiça foi extraído do texto final. Em seguida houve nova alteração e a expressão ‘agentes da repressão política’ foi retirada. Talvez a pressão pela nova redação tenha derivado de grupos de cidadãos que sentiram seus interesses ameaçados e temeram que as apurações contra os agentes da repressão política [diretriz 23], aliadas à possível retirada do ordenamento jurídico de eventuais normas remanescentes de períodos de exceção [diretriz 25] pudessem resultar em algum tipo de constrangimento ou mesmo na punição dos responsáveis pelos atos de terrorismo de Estado⁵.

Neste contexto, se por um lado, não podemos negar a importância dos trabalhos da Comissão, por outro, também não devemos esquecer que ela nasce limitada a priori pela relação fundacional entre ditadura e democracia. Isto significa dizer que embora dentre seus objetivos esteja o esclarecimento dos fatos e das circunstâncias em que ocorreram os crimes contra a humanidade, ela deve observar o disposto na lei de anistia. Seu relatório não poderá ser usado para fins de julgamento ou punição dos responsáveis, ela deve orientar-se pelos princípios da reconciliação e da pacificação nacionais tal como reconhecidos em 1979, leia-se impunidade.

E se como pensam os especialistas do passado, os arquivos constituem matéria prima para a apuração dos fatos históricos, observamos problemas, pois parte dos arquivos das Forças Armadas segue com o acesso negado. A instituição continua afirmando que eles foram destruídos, ainda que repentinamente seus vestígios apareçam, como ocorreu no caso Rubens Paiva⁶. E para nós, negando-se assumir o inegável, houve desvio de finalidade do fim público quando durante a ditadura sete instalações militares foram utilizadas como centros de tortura⁷.

5 Sobre as alterações do Decreto 7.037/09, que aprovou o PNDH-III conferir o Decreto 7.177/10.

6 Em maio de 2014 o Ministério Público Federal [MPF] denunciou cinco militares pela morte e pela ocultação do cadáver do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido desde 1971. O MPF se fundamentou em documentos encontrados na casa do coronel reformado Paulo Malhães, morto um mês após de ter prestado depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Cf. RIBEIRO, Marcelle. MPF denuncia cinco militares por morte de Rubens Paiva. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/mpf-denuncia-cinco-militares-por-morte-de-rubens-paiva,37ab-4c26da516410VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

7 Em resposta ao ofício 124/2014 da Comissão Nacional da Verdade, que solicitou sindicância administrativa para apurar desvios de finalidade na utilização de instalações militares para fins de tortura, em 17 de junho de 2014 o Ministro da Defesa Celso Amorim encaminhou, à Comissão, expedientes recebidos dos Comandos da Marinha, Exército e Força Aérea. Neles as Forças Armadas afirmaram que os arquivos disponíveis não permitem assegurar ter havido desvio de finalidade do fim público. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/495-cnv-torna-publicos-relatorios-das-sindicancias-instauradas-pelos-comandos-das-forcas-armadas>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

Outra questão que contraria as expectativas com relação ao alcance dos trabalhos da Comissão é o silêncio público que tem cercado suas atividades. De acordo com o relatório do Instituto de Estudos da Religião [ISER], divulgado em dezembro de 2013, a Comissão não tem disponibilizado “atas ou transcrições das reuniões de trabalho, das audiências públicas realizadas ou de depoimentos prestados.” Para parte dos membros da Comissão a publicidade das investigações prejudica a apuração dos fatos históricos.

Contudo, parece-nos que – diante da fratura dos documentos, da recusa das Forças Armadas em assumir o desvio de finalidade ou mesmo pedir publicamente perdão às vítimas e à sociedade brasileira, e da real possibilidade do testemunho público das vítimas ainda vivas – a Comissão deveria abrir-se mais fortemente ao teor testemunhal do relato dos sobreviventes e ocupar o espaço até hoje inexistente na cena do tribunal. Tal ação faria eclodir no ouvido público a narrativa das vítimas, dos algozes e de outros atores políticos do período, como os que advogaram pelos direitos dos presos políticos. A Comissão daria então visibilidade ao que resta do passado no presente não somente como dívidas às vítimas, mas também como possibilidade de fazer a coletividade compreender o que a experiência do horror tem de comum, exemplar e contemporâneo.

Dito de outra forma, sem desconsiderar a prioridade das vítimas, a Comissão poderia ultrapassar a singularidade da literalidade do irrepresentável e do incomparável para possibilitar à coletividade enfrentar a natural aversão à mensagem perturbadora do trauma e como que retornar a experiência da dor das vítimas para compreender o real da barbárie, atuando então no presente contra sua repetição.

A Comissão poderia assim contribuir para que a coletividade rompesse com a visão que faz da democracia a encarnação do bem contra o mal da ditadura. Não se trata, como sugere Tzvetan Todorov, de apagar a singularidade, mas de conservar viva a memória do passado como forma de “estar alerta frente a situações novas e sem dúvida análogas” (2000, p. 58). Tratar-se-ia de extrairmos “das lembranças traumatizantes o valor exemplar que apenas a inversão da memória em projeto pode tornar pertinente. Enquanto o traumatismo remete ao passado, o valor exemplar orienta para o futuro” (RICOEUR, 2007, p. 99).

No entanto, até o momento, os trabalhos da Comissão não conseguiram romper com a lógica jurídico-institucional ditatorial, no espaço da verdade o testemunho segue silenciado. Ainda que haja relato, ele não entra no ouvido público nem como elaboração do passado traumático e nem como exemplaridade, que interliga o passado, o presente e o futuro. A reflexão nos indica que a Comissão tem se aproximado mais da inscrição de um ponto final em uma página da história que pode ser virada do que da elaboração da memória em interseção como a ação do agora e em perspectiva de futuro.

A experiência do horror engendrada pelo terrorismo de Estado continua a ser vista pela coletividade primordialmente pelo viés de uma singularidade que diz respeito somente às vítimas de um passado morto, quase como se esta experiência não decorresse de uma ação governamental que, mesmo de modo diferenciado, se repete no presente quando os agentes estatais exterminam cidadãos, os deixam simplesmente morrer ou procuram travestir a ação política de crime.

Nesse contexto, o que nos reservará a Comissão Nacional da Verdade? Por enquanto, essencialmente poucas palavras e muitos silêncios. Todavia, mantemos expectativas, esperamos que com o fim dos trabalhos da Comissão possamos afirmar como verdade dos fatos, que houve uma ditadura e que ela não foi branda, se é que estamos autorizados a imaginar a existência de uma ditadura branda⁸.

Temos a expectativa [seria um sonho?] de que finalmente poderemos afirmar que houve prisões arbitrárias, sequestros, torturas, mortes, desaparecimentos e que sabemos onde estão os corpos; que tivemos acesso a todos os arquivos da repressão política; que o terrorismo foi uma política de Estado e não consequência da ação de um grupo radicalizado; que houve apoio da sociedade civil; que conhecemos as circunstâncias em que tais crimes foram praticados; que compreendemos o teor testemunhal das vítimas e dos perpetradores; que os algozes possuem nomes e nós os conhecemos e que eles não estão mais prestando serviços ao Estado Democrático de Direito. Idealizamos poder afirmar que ficou visível à coletividade que o terrorismo de Estado não diz respeito apenas aos diretamente atingidos e que seus efeitos não se esgotaram com a passagem do regime ditatorial para o democrático, mas estão cravados na memória e a subjetividade dos sujeitos sociais segue capturada; que a lei de anistia não representa um consenso democrático e que as leis da ditadura serão revogadas, pois não podem seguir regulando o pacto democrático; que o não julgamento dos responsáveis pelos crimes do passado tem contribuído com a perpetuação da cultura de violência, com a impunidade e com a desqualificação da política no contemporâneo.

Enfim, imaginamos poder afirmar que somos uma sociedade que reconhece a importância da inventividade da ação política e de sua dimensão democrática, que repudia a violência de Estado e por isso exige justiça não somente como direito das vítimas, mas também como valor exemplar para uma pré-existência comum contra o que não deve ser, quer pensemos nos algozes do passado ou nas violações dos direitos humanos do presente.

Considerações finais

Enquanto escrevíamos este artigo, para além das cotidianas violações de direitos humanos contra a população desclassificada e pobre; ocorria na cidade de São Paulo, durante a manifestação de 23 de junho de 2014 e no mesmo mês em que o juiz Marcos Vieira de Moraes determinava o arquivamento do inquérito aberto contra a estudante Luana Bernardo Lopes, que em 2013 havia sido enquadrada na Lei de Segurança Nacional de 1983 [por ter registrado imagens de uma manifestação], a prisão do professor Rafael Marques Lusvarghi e do estudante Fábio Hideki Harano. O direito de Rafael e Fábio de se manifestarem foi criminalizado, pois, mesmo sem a apresentação de provas os dois foram presos e acusados de associação criminosa e porte de explosivos.

8 Referimo-nos ao editorial publicado pelo jornal Folha de S. Paulo em fevereiro de 2009, que transformou a ditadura em uma “ditabranda”. CF. LIMITES a Chavez, Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 fev. 2009. Editorial.

Em 01 de julho de 2014, ativistas de direitos humanos, intelectuais e juristas encontraram-se na Praça Roosevelt, com parte da população da cidade de São Paulo, para debater acerca das prisões de Rafael e Fábio. Na ocasião, o local foi cercado por policiais e os advogados Daniel Biral e Silvia Daskal, ao questionarem a ausência de identificação dos agentes públicos foram presos por desacato à autoridade.

Neste ano em que o golpe que implantou a ditadura completa 50 anos, neste ano em que a Comissão Nacional da Verdade entregará o relatório final acerca dos crimes contra a humanidade praticados durante o regime ditatorial à sociedade brasileira, neste ano de Copa do Mundo no Brasil, neste ano em que passados quase trinta anos do final da ditadura tivemos a sétima eleição direta para a presidência, neste ano, as medidas de exceção contra os que se opõem politicamente a ordem instituída permanecem sendo utilizadas como técnica governamental. Então, se por um lado, não podemos afirmar que vivemos em uma ditadura, por outro, não podemos negar a perpetuação da relação fundacional entre ditadura e democracia no contemporâneo.

No caso das políticas oficiais de memória, verdade e justiça acerca da recente ditadura e do reconhecimento de suas vítimas, a relação fundacional se materializa mais fortemente por meio da força política dos que agem em prol do possível e do necessário estabelecidos pela interpretação vigente da lei de anistia. A impunidade, o silêncio e o esquecimento seguem com imperativos à velha reconciliação e pacificação nacionais.

O projeto da ditadura, ao menos em parte, conserva-se vitorioso, pois o Estado democrático, com o apoio e a indiferença de parcelas consideráveis de cidadãos segue capturando subjetividades, desqualificando a ação política, suspendendo direitos, praticando prisões arbitrárias e produzindo corpos torturáveis e matáveis. E como no passado, ainda que de outro modo, o argumento continua sendo o bem da boa sociedade brasileira. E as vítimas de agora são os historicamente excluídos, os de sempre: preferencialmente os desclassificáveis, os pobres, mas também os que se opõem à ordem instituída.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (2013). *Territórios transversais*. In: MARICATO, Ermínia (et al.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 64-69.

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

ENDO, Paulo César (2012). *Walter Benjamin, Sigmund Freud e o trauma das máquinas*. In:

SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (Org.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 171- 189.

FOUCAULT, Michel (2005). Aula de 17 de março de 1976. In: _____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315.

INSTITUTO de Estudos da Religião. *Um ano de Comissão da Verdade: contribuições críticas para o debate público. Segundo relatório de monitoramento da Comissão Nacional da Verdade (maio de 2012 a maio de 2013)*. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://www.iser.org.br/pdfs/II_relatorio_CNV_ISER_WEB_160713_ALT.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

JESUS, Maria Gorete Marques de; JESUS FILHO, José. *Uma década é pouco: tortuosos caminhos para a consolidação de uma política de combate e prevenção da tortura no Brasil*. In: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, *5o Relatório nacional sobre direitos humanos no Brasil 2001-2010*, p. 91-101. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down265.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François (et. al.) Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *O justo 2*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

ROQUE, Atila. *Epidemia da indiferença*. Valor Econômico, 3 set. 2012. Disponível em: <<http://anistia.org.br/direitos-humanos/blog/epidemia-de-indiferen%C3%A7a-2012-09-03>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoire*. Trad. Miguel Salazar. Barcelona: Paídos, 2000.